



109
4

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO


AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0040124-51.2008.8.17.0001 (0327944-7)
AGRAVANTE: SANTOS CATALDO FILHO
AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO NA APELAÇÃO. MILITAR REFORMADO POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA. PERCEPÇÃO DE PROVENTOS CALCULADOS COM BASE NO SOLDADO DE 3º SARGENTO DA PMPE. PRETENSÃO DE ANOTAÇÃO EM SUA CÉDULA DE IDENTIDADE E DEMAIS ASSENTOS FUNCIONAIS DA GRADUAÇÃO DE 3º SARGENTO DA PMPE. IMPOSSIBILIDADE. PROMOÇÃO DO MILITAR REFORMADO PREVISTA NA LEI Nº. 10.426/90 SÓ PARA FINS REMUNERATÓRIOS. PRECEDENTES DESTA CORTE. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTO NOVO CAPAZ DE MODIFICAR A DECISÃO TERMINATIVA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal nº 327944-7, figurando como Santos Cataldo Filho e como Agravado o Estado de Pernambuco, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas lhe **NEGAR PROVIMENTO**, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30 de maio de 2014


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

110
702

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0040124-51.2008.8.17.0001 (0327944-7)
AGRAVANTE: SANTOS CATALDO FILHO
AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto por Santos Cataldo Filho contra Decisão Terminativa proferida nos autos da Apelação nº 0327944-7, que negou seguimento ao apelo, mantendo a sentença do Juízo a quo que julgou parcialmente procedente o pedido, determinando que conste nos documentos funcionais do autor o cargo de Cabo e não de soldado, como consta em seu demonstrativo de pagamento.

Alega o agravante que foi reformado por incapacidade física em 1991 na graduação de soldado, posto que ocupava na ativa. Em 2006, em atenção ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 59/2004, foi promovido à graduação de Cabo. Posteriormente, no ano de 2008, seu ato inativação foi retificado, passando seus proventos a serem calculados com base no soldo da graduação de 3º sargento, conforme art. 83, I, § 1º da Lei nº 10.426/90.

Aduz que com o reconhecimento da percepção de soldo de 3º sargento e a previsão disposta na LCE nº 59/2004, deve lhe ser assegurado à anotação em seus documentos funcionais do cargo de 3º Sargento e não de Cabo como consta atualmente.

Pugna, desse modo, pela reconsideração da decisão terminativa ou, em assim não se entendendo, o recebimento do recurso de agravo para submissão ao crivo da Colenda 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal.

É o que importar relatar

VOTO

Saliento que, das decisões terminativas cabe o recurso do artigo 557 do Código de Processo Civil, de forma que, com base



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

AAA
[Assinatura]

no princípio da fungibilidade recursal, recebo o presente como Agravo legal.

Busca o recorrente, através da interposição do presente Agravo Legal, a modificação da decisão agravada para que seja reformada a sentença do juízo a quo que deu parcial provimento ao pedido do autor determinando que conste nos seus documentos funcionais o cargo de Cabo e não de soldado, como consta em seu demonstrativo de pagamento.

Não vislumbro inovação nos argumentos trazidos capaz de alterar a compreensão explicitada na decisão desafiada, razão pela qual apresento a questão ao Colegiado.

O recorrente, em suas razões recursais, não ataca especificamente os fundamentos da decisão terminativa proferida por esta relatoria às fls. 86/91. Limitou-se o agravante a repetir, com leve adaptação à forma recursal utilizada, os mesmos argumentos utilizados na Apelação, que foi decidido por este Relator com amparo na jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça.

Desta feita, com o fim de evitar repetição dos argumentos constantes na decisão guerreada, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 86/91, pelas mesmas razões que a motivaram, transcrevendo abaixo seus fundamentos, para que faça parte integrante da presente decisão.

Compulsando os autos, verifico que o cerne da questão posta em debate cinge-se à pretensão de militar reformado de ter anotada na sua cédula de identidade e demais assentamentos funcionais a graduação de 3º Sargento da PM, visto que vem recebendo seus proventos calculados com base neste grau hierárquico.

Na hipótese em exame, o autor foi **reformado por incapacidade física permanente em 1991, no posto de soldado**, cargo que ocupava na ativa, com fundamento no disposto no art. 94, II, c/c art. 98, §2º, c, da Lei 6.783/74. Em 2008, seu ato de inativação foi retificado por meio da Portaria Funape nº 1915/2008 (fl.21), passando a **perceber seus proventos calculados com base no soldo integral de Terceiro Sargento da PMPE**, com fundamento no previsto no art. 83, I, §1º da Lei 10.426/90, *in verbis*:

Art. 83 O servidor militar que, na forma da legislação em vigor, for reformado por ter sido julgado incapaz definitivamente, terá os seus proventos calculados

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

112
10/2

de acordo com os parágrafos deste artigo quando a incapacidade resultar dos seguintes motivos:

I - ferimento recebido em luta contra malfeitores, em ações ou operações de manutenção da ordem pública ou de defesa civil, de acidentes em serviço, ou de moléstia ou doença decorrente de qualquer desses fatos;

II - doença moléstia ou enfermidade adquirida, tendo relação de causa e efeito com as condições inerentes ao serviço;

III - doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, com base nas conclusões da medicina especializada;

IV - acidente doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço.

§1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:

I - incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do "caput", deste artigo;

II - verificada a incapacidade definitiva, for o servidor militar considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho em consequência dos motivos previstos nos incisos II e III do "caput" deste artigo.

(...)

Com o advento da **Lei Complementar nº 59/2004**, foi assegurado aos militares que, até a data da referida lei, tinham sido reformado ou transferidos para reserva remunerada em posto idêntico ao ocupado na ativa, a promoção na graduação superior. Vejamos:

Art. 21 Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

§ 2º - Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.

§ 3º- Além da vantagem remuneratória de que trata o caput, o militar da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, também fruirá do status e merecerá dignidade de tratamento hierárquico correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava

Nessa senda, o autor/apelante foi **promovido ao posto de Cabo (fls. 18/22)**, graduação imediatamente superior ao posto de soldado na qual foi reformado conforme consta no Anexo I - A da citada LCE nº 59/2004.

Assim, passou o apelante a ostentar o grau hierárquico Cabo da PMPE, percebendo proventos calculados no posto de 3º Sargento, razão pela qual almeja a retificação dos seus assentamentos funcionais a fim de que conste o status de 3º Sargento.

No entanto, a pretensão do apelado não merece guarida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

113
60

É que a LCE nº 59/2004 assegura a promoção na inatividade dos militares em todos os efeitos legais, passando o inativo a ostentar e usufruir todas as prerrogativas da graduação superior a que possui quando na ativa, inclusive com as devidas anotações nos assentamentos funcionais.

De outra banda, a Lei nº 10.426/90 tão só prevê o cálculo dos proventos com referência à graduação superior, ou seja, o aumento do padrão remuneratório, não havendo alteração no posto em que se deu a inativação.

Nesse sentido, é o entendimento firmado pelas Câmaras de Direito Público deste egrégio Tribunal. Vejamos:

1ª Câmara de Direito Público.

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR DA RESERVA. CABO PM, QUE RECEBE PROVENTOS COM BASE NA GRADUAÇÃO SUPERIOR DE 3º SARGENTO. GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE NÍVEL HIERÁRQUICO. VANTAGEM DEVIDA AOS POLICIAIS MILITARES A PARTIR DA GRADUAÇÃO DE TERCEIRO-SARGENTO. LEI Nº. 10.426/90 E LC Nº. 32/2001. RECURSO PROVIDO. 1. (...). 2. O militar, ora recorrido, ocupava, na ativa, a graduação de Cabo PM, conforme se verifica do documento acostado às fls. 15, tendo sido promovido à 3º Sargento quando reformado. **3. A legislação prevê que o militar, quando da passagem para a inatividade, terá os seus proventos calculados com base no posto superior, o que importa dizer que, a promoção vale apenas para fins remuneratórios.** No presente caso, o militar tem o cargo de Cabo PM, mas recebe os proventos com base no soldo da graduação superior, qual seja, a de 3º Sargento PM, em conformidade com a Lei nº. 10.426/90 e a Lei Complementar nº. 59/2004. 4. Assim, o militar não possui direito à percepção da Gratificação de Representação de Nível Hierárquico, posto que, mesmo recebendo os proventos com base na graduação de 3º Sargento PM, ocupa o posto de Cabo PM, sendo que tal vantagem não é percebida por quem ocupa o cargo de Cabo. 5. Apelação provida, devendo a sentença de 1º grau ser reformada, pois o militar não possui direito à percepção da Gratificação de Representação de Nível Hierárquico. 6. Inversão do ônus sucumbencial, devendo o recorrido arcar com o valor dos honorários advocatícios, arbitrado em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa. 7. Devido à concessão do benefício da justiça gratuita, aplica-se o artigo 12 da Lei nº. 1.060/50, o qual dispõe que "a parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita". (TJPE - Apelação 258135-90027014-35.2005.8.17.0001. Relator: Erik de Sousa Dantas Simões. Data de Julgamento: 15/01/2013 Data de Publicação: 23/01/2013)

2ª Câmara de Direito Público

REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR REFORMADO POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA. PRETENSÃO DE ANOTAÇÃO DO POSTO DE "TERCEIRO-SARGENTO PM" EM SUA CÉDULA DE IDENTIDADE. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. 1. Principiando a análise da matéria de fundo, observa-se que, na hipótese vertente, o autor, então ocupante da graduação de "Soldado PM" na ativa, foi reformado por incapacidade física definitiva, no ano de 1998, com os proventos do grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM"

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

112
TOP

(fls. 16), razão pela qual pleiteia pela anotação do referido posto em sua cédula de identidade. 2. Com efeito, a sua transferência à inatividade, nos moldes dos arts. 83, III, § 1º da Lei nº 10.426/90 e 98, § 2º, letra "c", da Lei nº 6.783/74, seu deu no mesmo grau hierárquico da ativa, apenas com aumento do padrão remuneratório. 3. Todavia, consoante se observa dos contracheques acostados pelo próprio autor às fls. 19/22, o mesmo foi promovido ao grau hierárquico superior ao da ativa, de "Cabo PM", o que se coaduna com o disposto na Lei Complementar nº 59/2004. 4. Em casos que tais, a promoção do militar para o grau hierárquico superior se opera para todos os efeitos legais, passando este a gozar do tratamento hierárquico correspondente ao posto para o qual foi promovido, a teor do que dispõe o § 3º, do art. 21, da referida lei complementar. 5. Logo, não remanesce ao apelante o direito de fruir do status do posto de "Terceiro-Sargento PM" (padrão de referência para os seus proventos), ante a comprovação de que o mesmo se encontra promovido para o grau hierárquico de "Cabo PM", nos termos em que dispõe o art. 21, §§ 2º e 3º da LCE nº 59/2004 e atendendo-se à tabela de escalonamento vertical constante do "Anexo I-A", do referido diploma legal. 6. Reexame necessário provido, em ordem a julgar improcedente o pedido. (TJPE- Reexame Necessário 302019-3 0016046-96.2012.8.17.0001. Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello .Data de Julgamento: 29/05/2013. Data de Publicação: 07/06/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR REFORMADO POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA. PRETENSÃO DE ANOTAÇÃO DO POSTO DE "TERCEIRO-SARGENTO PM" EM SUA CÉDULA DE IDENTIDADE. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO. 1 (...). 3. Mérito: na hipótese vertente, o apelante, então ocupante da graduação de "Soldado PM" na ativa, foi reformado por incapacidade física definitiva, no ano de 1985, com os proventos do grau hierárquico de "Terceiro-Sargento PM" (fls. 22), razão pela qual pleiteia pela anotação do referido posto em sua cédula de identidade. 4. Com efeito, a sua transferência à inatividade, nos moldes do art. 98, § 2º, letra "c", da Lei nº 6.783/74, seu deu no mesmo grau hierárquico da ativa, apenas com aumento do padrão remuneratório. 5. Todavia, consoante informação trazida à baila pelo Estado de Pernambuco na contestação (fls. 35), o apelante foi promovido ao grau hierárquico superior ao da ativa, de "Cabo PM", com efeitos a contar de 06 de julho de 2004, data da entrada em vigor da Lei Complementar nº 59/2004, que passou a assegurar a todos os militares a promoção para o grau hierárquico superior, por ocasião da sua reforma ou transferência para reserva remunerada. 6. Com efeito, o Estado acostou aos autos a Portaria nº 2114 de 20 de dezembro de 2006 (fls. 37), que comprova a promoção do apelante para o grau hierárquico superior, de "Cabo PM", considerado imediato àquele ocupado por ele na ativa como "Soldado". 7. Em casos que tais, a promoção do militar para o grau hierárquico superior se opera para todos os efeitos legais, passando este a gozar do tratamento hierárquico correspondente ao posto para o qual foi promovido, a teor do que dispõe o § 3º, do art. 21, da referida lei complementar. 8. Logo, não remanesce ao apelante o direito de fruir do status do posto de "Terceiro-Sargento PM" (padrão de referência para os seus proventos), ante a comprovação de que o mesmo se encontra promovido para o grau hierárquico de "Cabo PM", nos termos em que dispõe o art. 21, §§ 2º e 3º da LCE nº 59/2004 e atendendo-se à tabela de escalonamento vertical constante do "Anexo I-A", do referido diploma legal. 9. Apelo improvido, à unanimidade. (TJPE Apelação 274444-30098304-

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

115
RJP.

71.2009.8.17.0001.Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello .Data de Julgamento: 05/07/2012. Data de Publicação: 10/07/2012.)

Assim, correta a decisão do juiz *a quo*, pois o apelante não faz jus a usufruir do status do posto de Terceiro Sargento, com a consequente anotação em seus assentamentos funcionais, posto que já se encontra promovido ao posto de Cabo, graduação esta que, nos moldes da tabela de escalonamento vertical contida no Anexo I da LCE nº 59/2004, é o grau imediato hierarquicamente superior ao posto pela qual foi reformado (soldado).

Ante o exposto, com supedâneo no art. 557, §1º-A do CPC, **NEGO SEGUIMENTO ao APELO**, mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.

Publique-se. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Recife, 30 de abril de 2014.

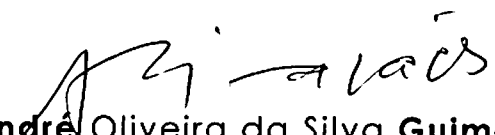
Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator

Assim, a decisão impugnada há de ser mantida pelo que nela se contém, visto que o agravante não logrou desconstituir quaisquer de seus fundamentos, que proponho sejam integralmente preservados.

Ante o exposto, em face da regularidade da decisão proferida, estando ela conforme os ditames legais e a jurisprudência do STJ e deste Tribunal, **VOTO** pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo, ratificando os termos da decisão ora impugnada, ao tempo em que a submeto à apreciação desta Egrégia Câmara.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator